

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 040

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE ABRIL DE 2002**
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

Já há quórum, senhor 1º secretário, para deliberar.

Deputado que aprovam a Ata, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei nº 181/2002, de nossa autoria, que dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do mencionado projeto de lei alcançou repercussão favorável, razão porque julgamos oportuna a tramitação do mesmo em regime de urgência, para o que esperamos a aprovação dos nobres colegas.

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja transformado em regime de urgência a tramitação do Projeto de Lei nº 221/99, que dispõe sobre os produtos geneticamente modificados - Transgênicos.

O referido requerimento se justifica pelo fato de que a regulamentação dos produtos transgênicos, no âmbito do Estado do Paraná, é matéria de grande relevância, especialmente pelos reflexos econômicos e sociais na agricultura paranaense.

Ademais, o referido projeto foi apresentado em 03 de março de 1999, e recebeu parecer favorável da CCJ em 05 de maio de 1999, e desde então, não mais tramitou.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA, ÂNGELO VANHONI e IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 (três) Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 001/2002, item 16, Mensagem Governamental nº 062/2001, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente (Avenida Iguaçu, 118 - CEP: 85790-000) com votos de profundo pesar à família Quadri, pelo falecimento da Sra. Maria Macari Quadri do município de Capitão Leônidas Marques-PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Maria Macari Quadri, deixou consternada a população de Capitão Leônidas Marques. Há muitos anos residindo no município, esposa, mãe e avó exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

A Sra. Maria soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ela, principalmente sua família que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à família Rodhaem, pelo falecimento do Sr. Augusto Rodhaem, da Fazenda Velha, município de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Augusto Rodhaem, deixou consternada toda a população da Fazenda Velha, município de São Jorge D'Oeste. Há muitos anos no município, filho, marido e pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade.

As pessoas que conviveram com o Sr. Augusto, são testemunhas da sua benevolência, e da sua integridade,

grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Rodhaem e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Valêncio Moreira da Silva e Luíza Bianchini, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Irineu Jucke e Vera Lúcia Jucke que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Antonio da Silva e Luzia de Arruda Silva que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Congregação de Jardim Castelo Branco, localizada nesta Capital, pela comemoração de seus 18 anos.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Congregação de Jardim Castelo Branco, localizada no Jardim Paranaense, de Curitiba, teve início a partir de um grupo de irmãos oriundos da Congregação de Jardim Paranaense pelos idos de 1981. A princípio denominou-se "Castelinho" e era apenas uma salinha pequena, contando com cerca de 30 a 40 congregados. Com o passar do tempo o trabalho foi se firmando e passou a ser conhecida como Congregação de Jardim Castelo Branco, denominação que possui até hoje, contando atualmente com cerca de 270 irmãos entre membros e congregados.

Vários dirigentes por ali passaram, sendo o atual responsável pelo distrito, o prebítero Valdício Pereira, dentro da visão missionária do pastor José Pimentel de Carvalho e inclui a sub-congregação de Vila Pantanal, contando com aproximadamente 80 pessoas entre membros e congregados sob a direção do prebítero José Hamilton Poli.

A Igreja possui vários departamentos, sendo: Departamento Social, Patrimônio, Secretaria Geral, Evangelismo e Missões, Discipulado, Círculo de Oração,

Mocidade, Infante-Juvenil, Coral, Família, Orquestra, Grupo Vocal Resplandecer e Grupo Consagração.

Pela comemoração de seus gloriosos 18 anos, receba a Igreja Evangélica - Congregação de Jardim Castelo Branco, através do pastor Valdício Pereira (Rua Vereador Antonio Giacomassi, 25 - Alto Boqueirão - Curitiba-PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à família Malucelli, pela comemoração de seus 125 anos no Brasil.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A família Malucelli está comemorando 125 anos no nosso país. Exemplo de trabalho e dedicação à terra que adotaram como sua, a família Malucelli tem se destacado em diversas áreas no nosso Estado e no nosso país. Quer seja no esporte, comércio ou obras sociais, o nome Malucelli traduz cidadania, tradição e amor ao Paraná.

Sua longa e belíssima história conta o trajeto que só os grandes trilham - em anexo o histórico da família Malucelli, a quem homenageamos e enviamos votos de congratulações pela comemoração de seus 125 anos no Brasil (A/C Sra. Cibele do Rocio Moro Hau - Rua Euclides da Cunha, 1.209/830 - Bigorilho - 80730-360-Curitiba-PR).

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao Sr. Francisco Ontivero proprietário da loja Móveis Brasília, pioneira no Estado há mais de 35 anos, pela inauguração da mais recente filial na região norte de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Saul Elkind 1348; CEP.: 86084-000 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Vicente Troiano Neto, solicitando a designação de profissionais para atenderem à Comarca de Colombo - Paraná, sendo um psicólogo, dois assistentes sociais e um motorista.

Justifica-se tal solicitação, para atender a Comarca de Colombo, com jurisdição no município de Colombo, que conta com aproximadamente 200.000 (duzentos mil) habitantes, e atualmente possui apenas um motorista e uma assistente social, cedidos pela Prefeitura Municipal de Colombo, sendo que a assistente social está se aposentando.

O SAI - Serviço de Atendimento à Infância, necessita portanto, com urgência da designação de mais profissionais para o relevante serviço que deve ser prestado à infância e juventude na comarca.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de Expediente ao Dr. Paulinho Dalmaz, diretor geral do DER- Secretaria de Estado dos Transportes, para que sejam tomadas as devidas providências para instalação de redutores de velocidade na PR-509, que liga a sede de Colombo à sede de Almirante Tamandaré, nas proximidades do Bar do Araújo, na Vila dos Araújo, aproximadamente a um quilômetro da sede de Colombo.

Justifica-se tal solicitação, atendendo à população daquela localidade, que clama pela instalação de redutores de velocidade para maior segurança das comunidades que vivem às margens da referida PR, e correm constantemente sérios riscos de vida, vez que muitos pedestres atravessam a rodovia, onde passam muitos carros em alta velocidade.

Que o presente requerimento seja encaminhado ao DER- Av. Iguaçu, 420- Centro Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.2002

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no bairro Jardim Tropical- município de Piraquara. Os moradores estão apavorados com os assaltos e a falta de segurança no bairro, e pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 10.04.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado ao Governador do Estado, pedido para que sejam contratados cerca de 500 excedentes aprovados no Concurso Público da Polícia Civil, em 1998.

O concurso foi realizado para preenchimento de aproximadamente 1.300 vagas para os cargos de escrivães e investigadores, mas somente 900 foram contratados. Deste total de efetivados, cerca de 200 já foram afastados por motivos diversos das atividades dentro da Polícia Civil.

A falta de policiais agrava os problemas de segurança pública em todo o Paraná. Dos 399 municípios, 230 não contam com nenhum policial. São cerca de quatro mil policiais. Deste total, 3.200 ocupam cargos operacionais, os demais trabalham em atividades como datiloscopistas, peritos, etc.

Em 1985 a meta do Departamento de Polícia Civil era de manter cinco mil homens. Até hoje, 17 anos depois, a meta ainda não foi atingida. Atualmente a necessidade levantada pelo DPC é de 12.500 pessoas, três vezes mais do que existe.

A falta de pessoal na Polícia Civil inibe a aplicação da lei penal, pois não há a possibilidade de abertura de inquérito ou auto de prisão em flagrante, facilitando a ação dos marginais. A Polícia Militar, presente em todos os municípios, não pode suprir esta ausência pois está legalmente impedida de desenvolver as atividades acima descritas.

Somos testemunhas dos vultuosos investimentos que o governador vem realizando na área de Segurança Pública, destinando viaturas e equipamentos para todo o Estado, mas esse reforço fica comprometido sem a presença de material humano na nossa polícia.

Diante do exposto, nossa solicitação é que o governo do Estado efetive os aprovados no concurso, no menor prazo possível, reforçando sensivelmente a área de segurança pública.

Sala das Sessões, em 10.04.2002

(a) SERGIO SPADA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 211/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instalar o Batalhão Metropolitano de Foz do Iguaçu, a Companhia Independente de Medianeira e a Companhia Independente de Marechal Cândido Rondon da Polícia Militar.

§ 1º - O Batalhão Metropolitano de Foz do Iguaçu compreenderá os municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu.

§ 2º - A Companhia Independente de Medianeira compreenderá os municípios de Medianeira, Serranópolis

do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Missal, Matelândia, Ramilândia, Santa Helena, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste e Céu Azul.

§ 3º - A Companhia Independente de Marechal Cândido Rondon, compreenderá os municípios de Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Pato Branco, Mercedes, Quatro Pontes, Guairá, Terra Roxa e Nova Santa Rosa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 10.04.2002

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

A necessidade da criação do Batalhão Metropolitano em Foz do Iguaçu, deve-se ao crescente aumento da criminalidade na região. Atualmente o Batalhão de Foz do Iguaçu atende uma área muito extensa, sendo que compreende municípios com perfis diferentes. Com a criação do referido Batalhão Metropolitano a Polícia Militar terá condições de manter um trabalho específico para Foz do Iguaçu, e conseqüentemente a criação das Companhias Independentes em Medianeira e em Marechal Cândido Rondon, possibilitarão uma melhoria no atendimento de sua demanda, em virtude da redução de sua área de atuação.

Entendemos ser a criação da Companhia Independente em Marechal Cândido Rondon, e em Medianeira, uma ação de baixo custo de implantação, cujos benefícios contemplarão o aumento de efetivo policial, equipamentos, armamentos, viaturas entre outras carência, fortalecendo o atendimento a população dos municípios compreendidos por cada Companhia.

PROJETO DE LEI Nº 212/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Projeto Renascer, com sede e foro na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2002

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que testemunhamos o excelente trabalho que a Associação Projeto Renascer, vem desenvolvendo desde a sua fundação, em 29 de setembro de 2000, junto à cidade de Palmeira e região.

A entidade organiza e promove brilhantes campanhas através de atividades aos adolescentes e suas famí-

lias, sempre valorizando e melhorando a qualidade de vida da população local.

Dentre as questões desenvolvidas, a principal, por implicar grandes reflexos na sociedade, trata da recuperação do adolescente do sexo feminino da prostituição, maus tratos e abuso sexual, permitindo o resgate da sua cidadania e dignidade de viver dentro dos padrões éticos e morais constituído pela lei. São programas de orientação pedagógica, sanitária, nutrição, segurança social, religião, carinho e compreensão para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O mínimo que poderíamos fazer para ajudar a entidade em pauta é propor a declaração de Utilidade Pública Estadual, para que a mesma possa usufruir de benefícios dos órgãos assistenciais da rede oficial.

PROJETO DE LEI Nº 213/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Nos programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná deverá ser reservado 10% (dez por cento) das habitações para atendimento dos idosos.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se "idoso" o homem ou mulher com idade acima de 60 anos, conforme Lei nº 11.863/97.

Art. 2º - Os imóveis de que tratam o artigo 1º ficarão sob a tutela das prefeituras municipais que os destinaram aos idosos para usufruto, devendo os imóveis retornar ao Poder Público imediatamente, em caso de desocupação pelo usuário.

Art. 3º - Nos projetos dos programas habitacionais desenvolvidos, deverão ser eliminadas barreiras arquitetônicas e urbanísticas, com vistas à adaptação do local ao fácil trânsito dos idosos.

Art. 4º - A implantação de equipamentos sociais voltados aos idosos deverão ser construídos preferencialmente próximos dos conjuntos habitacionais que contemplem o programa objeto desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O aumento da população de idosos é fato reconhecido mundialmente, resultado da diminuição da taxa de natalidade e mortalidade. Uma das maiores conquistas do século XX, foi o aumento da esperança de vida para a maioria dos países do mundo. E há uma certa expectativa indicando o número progressivo da população de idosos nas próximas décadas, considerando que há 50 anos a expectativa de vida de um brasileiro era de 43 anos e

atualmente esta expectativa está ultrapassando os 68 anos e chegando aos 73 anos. Segundo o IBGE o Brasil deverá ter a sexta população mais idosa do planeta no ano de 2025, com 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que representa 14% da população.

Esta realidade traz desafios, já em discussão por diversos organismos internacionais como a OMS (Organização Mundial de Saúde) e ONU (Organização das Nações Unidas), pois especialmente o Brasil não está preparado para enfrentar este quadro, já que o nosso país insiste em dar aos indivíduos um prazo improrrogável até os 40 anos de idade para estudar, se empregar, ter sucesso e obter estabilidade financeira. Atrasos nesta escalada podem significar, para os que estão na idade madura, a privação de vários de seus direitos como cidadãos: acesso à educação e chance de autoaperfeiçoamento em qualquer fase da vida, trabalho justamente remunerado acompanhado de benefícios sociais, crescimento pessoal e social.

Dentro deste quadro, lamentavelmente, encontra-se a maioria dos idosos. O mundo mudou, a globalização chegou, junto com a informática, o novo século, a modernidade e a qualidade de vida muito diferente e muito menor que os idosos de hoje não conheciam ontem. Infelizmente ainda muito pouco se tem feito para mudar este quadro, buscando a adaptação do idoso ao novo mundo.

A Política Nacional do Idoso, tão programada, ainda engatinha quando se trata de ações concretas nesta área.

No Paraná, as pessoas com mais de 60 anos já atingem 8% da nossa população. Aqui, como em todo o país, os desafios são muitos. A Política Estadual dos Direitos do Idoso, instituída pela Lei nº 11.863 de 23 de outubro de 1997 trata do assunto, mas faltam ações que traduzam o documento em ações concretas, vivas no dia-a-dia desta população real e crescente.

Os problemas habitacionais têm se traduzido como um dos maiores da população, decorrente do baixo nível de salários, escassez de empregos, políticas sociais deficitárias. Entre a população idosa o problema é ainda mais grave, se considerarmos que na maioria das vezes eles não são bem-vindos em suas próprias famílias (pois estas nem sempre têm condições de dar-lhes a devida atenção). A solução tem sido os asilos que também nem sempre são eficazes, pois ali encontram-se grande número de idosos com problemas de saúde convivendo com idosos que poderiam perfeitamente estar em contato com o convívio social, em pleno gozo de sua saúde física e mental, muitas vezes ainda produzindo.

Com o objetivo de proporcionar aos idosos a possibilidade de dar continuidade à sua vida com os poucos recursos que geralmente possuem, com condições de uma moradia digna, estamos apresentando o presente projeto de lei, pois cremos que os poderes constituídos têm o dever de colaborar, como já têm feito com outras questões pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente não há inscritos.

No Grande Expediente com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia de ontem, me comprometi com a Casa que faria um breve relato da situação econômica do Estado, e farei.

Apresento um breve relato sobre o cenário que vem sendo apresentado nos meios de comunicação, com relação à situação econômica e financeira do Estado do Paraná, e a realidade que a mesma efetivamente, se encontra.

Os indicadores que o Paraná vem apresentando e suas contas públicas nos mostram, que ao contrário do equilíbrio, vivemos em um cenário de um Estado governado por equilibristas: manipulando números, opinião pública, quebrando princípios contábeis e com clara intenção de não transparência.

Como fundamento de nossa opinião, apresentamos fatos indicadores, índices, todos devidamente, respaldados por documentos hábeis, incontestes, senão vejamos:

Em 2000, já demonstrando a verdadeira asfixia em que o Estado se encontra com suas finanças públicas dilapidadas, tendo como principais causas: uma dívida fundada de 8,3 bilhões de reais, uma dívida flutuante de 3,7 bilhões de reais; pagamentos de juros e encargos, somente em 2000, na ordem de 2,7 bilhões; do montante da dívida flutuante, 3,2 bilhões são de restos a pagar e precatórios que já vêm sendo acumulados, ano após ano, levando o governo ao desespero, de cancelar empenhos em 31/12/2000 na ordem de 180 milhões, cujos materiais e serviços já haviam sido entregues pelos fornecedores.

Até o Fundo de Saúde, o governo não repassou 328 milhões de reais.

Em 2001, a asfixia se agrava ainda mais, ao prever o ingresso de recurso da venda da Copel, na ordem de 3 bilhões de reais e que não tendo conseguido o seu intento, o fato gerou um desequilíbrio de caixa, que o governo cita em seu demonstrativo, na disponibilidade de caixa, de dezembro de 2001, no montante de 3,8 bilhões, documento nº 44.

Com essa situação, a insuficiência de caixa de 3,8 bilhões que o governo inicia o ano de 2002 utilizando-se da mídia a custo de mais dinheiro público para tentar mudar a realidade da ficção.

Em 2001, o governo previa investimentos na ordem de 1 bilhão e trezentos milhões; empenhou apenas 697 milhões, representando 54%. Liquidou em 2001, 559 milhões, restando para liquidar em 2002, 138 milhões.

Para concluir, o governo promoveu um crescimento da dívida pública na ordem de 1,4 bilhão em 1994, para 12 bilhões e 100 milhões no ano de 2000. Produziu um passivo real, a descoberto, que é de 2000, totalizando 1,8 bilhões.

Portanto, faliu o Estado, uma vez que a venda do total de seus bens e direitos são insuficientes, neste momento, neste montante para saldar as dívidas e obrigações. Iniciou o exercício financeiro em 2002 com insuficiência de caixa superior a 3,8 bilhões. Realizou em 2001 apenas 54% dos investimentos previstos. Reduziu a participação acionária do capital social das empresas públicas e sociedades de economia mista na ordem de 5,7 bilhões em 1996, para 2 bilhões em 2000.

Injetou capital no Banestado a título de integralização de capital num montante de 3,7 bilhões para vendê-lo por 1,6 bilhões. E ainda, encampou títulos podres, como aqueles dos 428 milhões de Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, Maranhão.

Incorporou ativos ao Estado num montante na ordem de 1 bilhão e meio de reais, ativos esses de conversabilidade duvidosa e até perto de zero.

Antecipou as receitas futuras dos Royalties de Itaipu por 20 anos, num montante de 1,7 bilhões. Promoveu gastança na mídia, mais de 500 milhões.

Assinou contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívida, provocando uma verdadeira intervenção branca da União no Estado do Paraná, que passa a monitorar as nossas metas; dita quanto devemos investir; determina montante mínimo para alienação de bens e ativos do Paraná, documento 53,54.

Como, então, podemos assistir pacificamente o governador, em horário nobre de televisão, nos dizer que o Paraná vai entrar na história? Por muito menos assistimos denúncias, prisões e até suicídios nos países mais desenvolvidos e com uma cultura mais enraizada na questão das finanças públicas.

Porém, senhores deputados, ontem eu disse que tornaria público, está à disposição dos deputados, o contrato de ajuste fiscal que o governo do Estado fez com o governo federal, onde diz claramente as metas que nós devemos cumprir após essa assinatura que passou pelo governo do Paraná e que passou pelo Senado Federal, e que tem aqui toda a documentação anexa, que tem aqui um perdão de uma dívida de 57 milhões que nós não descobrimos onde ingressou no Estado, mas o Estado rolou a sua dívida mobiliária, e para isso, teve que concordar com o governo federal, cumprindo aquilo que o governo determinou, que ele não podia gastar além de 9% em investimento.

Está tudo aqui, à disposição dos senhores deputados. Poderão manusear o contrato, que é público, vão poder verificar que inclusive há falta de autorização legislativa estadual e eu, sinceramente, esperava que o líder do governo, um deputado do governo pudesse me apartear para me perguntar, por exemplo, o que é esse resto a pagar.

E eu tenho aqui toda a documentação para provar o que estou falando, respaldado nos documentos oficiais.

Quando eu digo que o governo gastou em 2001, 587 milhões, é porque está provado aqui. Quando eu falo

dos precatórios, eu vou ilustrar aos senhores dizendo o seguinte. De 1965 a 1995, o governo possuía 70 milhões de precatórios. Desse período, ele pagou 27%. Em 1997, o governo tinha 486 milhões de dívidas de precatório, pagou 0,18%. Em 1998, tinha um bilhão novecentos e oitenta e oito milhões, pagou 0,68. Em 1999, de 120 milhões pagou 0,73%. Enfim, dos precatórios esse governo pagou exatamente 1,27% da dívida. Esse dinheiro, essa dívida sendo rolada, evidentemente se computa juros e correção e vai deixando o Estado numa situação econômica insustentável e que efetivamente traz uma situação inédita para o Estado do Paraná.

Agora a questão dos investimentos. Podemos constatar que em 2001 o investimento orçado foi de 1,1 bilhão e até o segundo quadrimestre estava previsto 441 milhões e o investimento realizado até o segundo quadrimestre foi de 243 milhões. O valor não investido até o segundo quadrimestre, foi de 198 milhões para o terceiro quadrimestre.

Agora, senhores deputados, fica difícil ouvirmos do lado do governo dizendo que ele tem dinheiro em caixa, que está assinando convênios, que tem disponibilidade de caixa. Quando ele faz isso, faz com o dinheiro da saúde, da segurança pública, porque recebe um empréstimo do governo federal para investir em segurança pública e tem que dar uma contrapartida.

Sabe de onde ele tira a contrapartida, deputado Pugliesi? De um outro empréstimo que o governo federal deu. É escabroso!

Tenho analisado a questão da Secretaria da Segurança e nós vamos chegar a uma situação impressionante na malversação do dinheiro público, no descaso com a administração pública e no verdadeiro desmonte moral que estamos enfrentando no Paraná, não bastasse o desmonte econômico que estamos enfrentando. Enfim, essa situação toda, e do lado de lá não aparece ninguém para contestar.

Como eu gostaria de poder travar um debate com o governo publicamente, mas não temos espaço na mídia para isso. Aqui seria o foro para que o líder do governo viesse contestar os dados. Ele não vem, porque é incontestável, porque é baseado em documentos oficiais.

Então, senhor presidente, senhores deputados, eu deixo esse assunto de lado e ficará para a memória da população no meu site, e todos poderão acessar o nosso site, encontrar todos os documentos oficiais e assim, me poupa de um discurso.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Veja só, deputado Neivo Beraldin, infelizmente na tarde de hoje não vemos aquela veemência com que alguns dos deputados defendem o governo Jaime Lerner. Falam eles em 700 mil empregos, falam eles em industrialização do Paraná, com implantação do pólo automotivo, falam em PIB, falam em tudo, e quando se dirigem a nós e principalmente a V. Exa. que tão bem estuda os

números do Paraná, dizem que se trouxessem números aqui até concordariam com V. Exa.

Eu acredito que a ausência deles é realmente aquilo que V. Exa. traz: a verdade, número não mente, e o número que V. Exa. traz a esta Casa é baseado em estatísticas feitas e principalmente empréstimos que são efetuados, e ainda mais, contratos realizados e assinados, e alguns sem autorização legislativa.

Deputado Neivo Beraldin, eu queria que V. Exa., como já colocou à disposição dos deputados, me oferecesse e acredito que a bancada, aqui está o líder da Oposição, nosso ilustre deputado Waldyr Pugliesi e o nosso corregedor da Casa, deputado Caíto Quintana, nos instrumentassem desse valoroso conteúdo que V. Exa. demonstra oferecer, aonde está transcrito tudo aquilo que desmente aqueles que do lado daquela tribuna aqui vêm falar, não a realidade, mas tão somente a vontade do que o governo manda dizer.

V. Exa. diz a verdade, e a verdade está aí transcrita nos documentos e eu peço neste instante que nos dê para, junto à sua pessoa, somarmos realmente a verdade a ser oferecida a esta Casa e ao Estado do Paraná.

Parabéns, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado, deputado Zuk, estou olhando aqui que quando o governo foi autorizar que o Estado pudesse arrolar sua dívida mobiliária, o Tribunal de Contas deu aqui uma certidão assinada por Francisco Borsari Neto, dizendo que não havia ainda recebido a prestação de contas do governo, de 97.

Olha que era uma rolagem de dívida de 98, e que então, ele deu aqui uma certidão que demonstra que o governo federal naquela época tinha boa vontade com o governo do Estado, e acabou rolando a dívida, inclusive perdendo 57 milhões que eu, junto com a nossa assessoria, não encontramos aonde ingressaram esses 57 milhões de reais.

Gostaria de acrescentar mais um dado. A Assembleia Legislativa deu ordem para o governo financiar a questão do Banestado. A autorização legislativa foi de 4 bilhões e 100 milhões, e ele usou 5 bilhões e 600 milhões, portanto 1 bilhão e meio sem autorização legislativa.

Concedo um aparte ao nobre deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Eu agradeço o aparte e quero parabenizá-lo e à sua assessoria, pela compilação de dados.

O que nós temos ouvido inúmeras vezes aqui dentro desta Casa, é esta situação, que o Estado está regularizado, há dinheiro sobrando, que não há dívida. Elas são apontadas por V. Exa. e pelos relatórios sérios que temos conhecimento, que muitas vezes, os dados que constam no próprio Tribunal são contestados aqui nesta Casa.

Acho que nós temos que fazer um debate mais profundo dessa situação. Ele tem que ser aprofundado em todos os momentos, tem que ser levado à população, que tem o direito de saber a situação financeira do Estado do Paraná, porque neste momento coloca-se lá um gerente financeiro que começa a pregar que a situação do Estado é outra, dizendo que a situação já está equilibrada, que já há dinheiro para colocar nos municípios!

Eu gostaria de saber se novamente vai se utilizar os convênios que depois, os recursos não vão para os prefeitos.

Esse tipo de atitude que tem que ser questionada. O senhor não acrescentou aí, o dinheiro que entrou da Chrysler, outros recursos que acabaram advindo ao cofre público. Nós já temos que mais de 40, 50 milhões, entraram em troca de precatórios alimentares, que foi uma lei aprovada por esta Assembleia. Mas, esses recursos todos acabam sendo mascarados e nós precisamos discutir e ter uma posição para que se saiba de que Paraná nós estamos falando!

Nós queremos que o Estado do Paraná esteja cada vez melhor, mas para isso há necessidade que os indicadores sociais também sejam discutidos, como nós estamos tentando discutir os indicadores financeiros.

Se nós temos sequer informação do financeiro, imagine do social!

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas, eu tenho os números precisos.

- A dívida flutuante, deputado Marcos Isfer, é de 3.729.973.039.

- A dívida fundada é de 8.375.063.379 (consolidada).

- Total da dívida pública 12.105.036.472.

O Sr. Marcos Isfer

Incluídos os precatórios e o recurso pego dos depósitos judiciais?

O SR. NEIVO BERALDIN

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, a amortização da dívida pública, até o segundo quadrimestre de 2001, foi de 224 milhões. O saldo total da dívida pública ficou em oitocentos e sessenta e oito milhões, mais quinhentos e sessenta e oito e alguma coisa.

Todavia, ao apresentar Proposta Orçamentária, em 2002, o governo ratifica os dados da dívida pública levantados pelo Tribunal de Contas, cujo montante é de 12.105.036.472.

Agora, o dinheiro. Por que é que pagou 13º salário? Por que é que está pagando a folha? Por que é que está fazendo esses convênios?

Primeiro, ingressou mais de 100 milhões da Chrysler de Campo Largo, que fechou.

Segundo, em dezembro houve uma certa antecipação de ICMS, da Copel.

Terceiro, o Estado se apoderou dos depósitos judiciais.

Além do que, agora o governo não está investindo, não está gastando. Porque ele está simplesmente “fim de festa”. É um governo “fim de festa”, que deseja agora passar para a população que é um governo que tem saldo positivo, porque saiu um prédio na Rua XV de Novembro, que antes do governo Lerner não existia. Então, o PIB cresceu. Mas cresceu a população, não do Paraná, cresceu do Brasil.

A indústria, não só do Paraná mas como do Brasil e do mundo, cresceu.

Só faltava o governo dizer que em 1800, tinha aqui X, do PIB e, agora tem Y.

O Sr. Caíto Quintana

Queria fazer duas considerações que não foi possível ontem colocar no pronunciamento do deputado Durval Amaral.

A imprensa trouxe que a Renda Industrial do Paraná, no primeiro bimestre deste ano, caiu. Diminuiu em relação ao mesmo período do ano passado.

Portanto, não é verdade o nosso aumento de renda industrial e se a nossa renda industrial tem qualquer tipo de equilíbrio ou aumento, não é basicamente em cima de eventuais concessões feitas no Paraná, empresas que estão se estabelecendo, porque essas nem sequer estão recolhendo impostos.

O segundo dado colocado, que é importante que a gente venha lembrar, é a renda *per capita*, citada ontem pelo deputado Durval Amaral. Renda *per capita* não significa aumento de qualidade de vida ou de arrecadação do cidadão.

Eu lhe darei um exemplo: se nove pessoas recebem cem reais e uma receber mil e cem, o total vai dar dois mil. Dividido por dez, vai dar uma renda *per capita* de duzentos. Isso não significa que os nove receberam duzentos. Os nove estão, como 21% dos paranaenses, abaixo da linha da miséria, com menos de 80 reais por mês.

O aumento da arrecadação média do cidadão paranaense não significa o avanço na qualidade de vida dos que estão para baixo. Pelo contrário, representa uma concentração maior de renda e recursos na mão de poucos, mas que na divisão total do bolo paranaense acaba dando uma renda *per capita* maior.

Então, eu gostaria muito, como V. Exa. cansa de dizer nessa tribuna e nada acontece, como hoje não vai acontecer, quando se tem dados em mãos para discutir, quando se permite e se chama o aparte, vejo V. Exa. dizer que está concedido o aparte a quem quiser pedir e ninguém pede!

O SR. NEIVO BERARDIN

Não!

O Sr. Caíto Quintana

Não pedem! No entanto, quando o pessoal vai com a verborragia para cima da tribuna falar dados que são insustentáveis, quando se pede aparte, não se consegue. Então, é isso mesmo, vamos estabelecer um debate profundo de onde estão os recursos do Paraná.

Ontem, parece-me que foram validados os títulos de Alagoas, deputado Neivo, que estão no Tesouro do Estado como títulos podres, não pagáveis. Sabe o que vai acontecer? O Estado vai acabar negociando esses títulos com a União e vai pagar em prestações pela frente pelos títulos que recebeu de Alagoas. Então, o futuro governador, além de pagar títulos de Alagoas, vai pagar a demandas judiciais, porque os depósitos judiciais já foram arrecadados pelo Tesouro e não foram julgados, e quando forem julgados, o Tesouro do Estado, que se apropriou indevidamente desses recursos, vai ter que devolver para a parte que ganhar. Então, cada vez mais nós estamos comprometendo a capacidade do Paraná, do futuro, em detrimento aos exageros, sem nenhuma prioridade do presente em véspera de eleição.

O SR. NEIVO BERARDIN

Com certeza, deputado Caíto Quintana. Usamos o cheque especial além do limite. Aí, nesse contrato, nesse alongamento da dívida do Estado uma das cláusulas - diz o seguinte:

Cláusula 15ª:

“O Estado se obriga, até o total da liquidação do débito decorrente desse contrato, a cumprir rigorosamente as metas e compromissos que constarão no Programa de Reestruturação do Ajuste Fiscal, a ser acordado com a União, na forma prevista no inciso III, Artigo 1º, da Lei 9.496/97 e que fará parte integrante do contrato”.

Parágrafo 3º:

“As metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal referidas no *caput*, serão acompanhadas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional.

A prioridade trimestral, com base nas informações mensais que o Estado se obriga a fornecer, conforme documento 039. Estamos ou não estamos devendo explicações ao governo federal? Estamos ou não estamos enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal, com limites administrativos impostos pelo governo federal, acordado pelo governo estadual?

Então, o valor da dívida atualizada, do Paraná, num montante de 519 milhões, dos quais a União assumiu o custo com 57 milhões. Onde estão os 57 milhões?

Refinanciando 462 milhões, conforme documento nº 29-B. Em verdade, o refinanciamento foi de apenas 369 milhões, uma vez que a União obrigou o Estado a realizar uma amortização extraordinária, de 92 milhões de reais que representa 20%.

Então, senhores deputados, estamos aqui com a seguinte situação: tínhamos uma dívida histórica de 140 anos de administração do Estado, de 1 bilhão e 400

milhões. Temos hoje uma dívida de 12 bilhões e 100 milhões! Representa, assim 8 vezes e meia a dívida que tínhamos. Temos usado todo o crédito possível junto ao governo federal para rolar dívida, para contrair empréstimo. Está tudo liquidado. Comprometemos 50% do capital da Copel, porque o governo vendeu 111 bilhões de ações que no mínimo, arrecadou 2 bilhões de reais. Que não há prestação de conta.

Como ingressou esse dinheiro extraorçamentário, nem o Tribunal de Contas entende, porque o técnico diz que o Estado apurou 500 milhões. E que as contas - por sua vez, de 95, 96, 97, 98, 99 e 2000 estão aqui e que é impossível os deputados aprovarem, porque há flagrante desmando, descaso com o dinheiro público.

Mistura-se o dinheiro da saúde, elabora-se um orçamento fictício de 12 bilhões quando o Estado nunca realizou mais de 8 bilhões e meio. Não tem a mínima confiança e o mínimo respeito com a LDO, não tem a mínima consideração administrativa com o que é aprovado aqui e as pedras rolam, e assim caminha a humanidade!

Efetivamente estamos diante de um quadro que, se vendermos todos os ativos do Estado, vamos apurar 10 bilhões. Faltará 2 bilhões - isso é dado do governo, dados contábeis, estão aqui os documentos oficiais. Vendendo os ativos, ficamos devendo! O que é isso? Não sei. Não tenho nenhuma mágoa pessoal com o governador, nunca me tratou mal; pelo contrário sempre me tratou cordialmente. Mas, o Estado tem uma situação muito preocupante, quando se constata que o governo não aplica o dinheiro orçado para todas as áreas sociais que está destinado. O governo manda para a saúde, 1,8% do que estava orçado, do que estava no programado. Aí entra Detran, aí, a história vai longe, aí, venda de ativo da Sanepar. Onde está o dinheiro que ingressou da Sanepar, onde estão os recursos da Ferroeste, onde estão os vagões para transportar a nossa produção?

Então, deputados, encerro por aqui porque vejo que não há alguém do governo que queira contestar os nossos dados. E agradeço, sobremaneira, a atenção dos deputados e, evidentemente, todos os documentos estão à disposição de qualquer um que queira manusear a síntese, da administração pública estadual.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O deputado Edno Guimarães registra a presença do vereador Vilson Sidnei da Silva, de Tuneiras do Oeste. Da mesma forma registramos a presença do ex-deputado Ernani Pudell.

No horário das lideranças concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário, PSL.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora prefeita de Jataizinho, Dra. Terezinha, meus companheiros vereadores Eloir, José Hamilton, Pedro de Lima,

Ademir, o Velho, o Cláudio e o Elói, vereadores da nossa cidade, Fazenda Rio Grande. Os cumprimentos em meu nome, em nome do meu amigo deputado também da região metropolitana Marcos Isfer, cumprimento também em nome dos deputados da região metropolitana, Luiz Carlos Martins, Algaci Tulio, Ricardo Chab, companheiros da região que atuam aqui em Curitiba.

Senhores deputados, a Fazenda Rio Grande é um município que começou há 9 anos atrás e hoje tem 80 e poucos mil habitantes; são 3 vereadores na Câmara Municipal, comandados pelo prefeito Toninho, que vem exercendo mandato com uma excelente administração, onde o povo está a cada dia acreditando mais no seu prefeito, no seu presidente da Câmara e nos seus vereadores.

A Fazenda Rio Grande, nos últimos 10 anos, o IBGE tem demonstrado, no Brasil, que é o município que mais tem crescido. É um município que, apesar das dificuldades, visto meu companheiro municipalista, Edno Guimarães, Araucária, que é governada pelo prefeito Albanor, nosso companheiro, ex-deputado, recebe aproximadamente milhões de reais, por mês, de ICMS com 100.000 habitantes. A Fazenda Rio Grande, nos últimos 10 anos o IBGE tem demonstrado, no Brasil que é o município que mais tem crescido.

É um município que, apesar das dificuldades, visto meu companheiro municipalista, Edno Guimarães, Araucária, que é governada pelo prefeito Albanor, nosso companheiro, ex-deputado, recebe aproximadamente milhões de reais, por mês, de ICMS, com 100.000 habitantes. A Fazenda Rio Grande, com 80.000 habitantes recebe apenas R\$200.000,00 de ICMS, por mês. Certamente que o problema está a nível nacional, isso está a nível Câmara Federal, aquela famosa reforma tributária, que não chega, faz com que prefeitos busquem soluções das mais diferentes possíveis. No caso da Fazenda Rio Grande e Mandirituba, estou inclusive, pleiteando até a possibilidade de receber o lixo de Curitiba para poder ter arrecadação para fazer frente às despesas constantes necessárias para os avanços sociais que as administrações municipais estão empreendendo.

Infelizmente, quando 100.000 pessoas têm um retorno de 7 milhões de reais, 80 mil pessoas têm um retorno de R\$200.000,00. Companheiros, antes de ceder o aparte ao deputado Marcos Isfer, profundo conhecedor dos problemas de Curitiba e da região metropolitana, eu gostaria, em nome da prefeita de Jataizinho, Dra. Terezinha, agradecer aos deputados que ontem votaram favoráveis ao município.

Do que se tratava, meu amigo Moysés Leônidas? V. Exa. que faz parte da região metropolitana de Londrina criada pelo brilhante deputado Alborghetti e outros deputados de Londrina que criaram a região metropolitana.

A partir deste momento, Jataizinho teria, se o governador daquela época, não o Jaime Lerner, mas o governador daquela época, o secretário do governo deveria imediatamente determinar que todos os assuntos relacionados ao Governo do Estado deveriam pertencer

integralmente a Londrina e não mais a Cornélio Procópio. Isto não aconteceu. E por um descuido da assessoria do governador, acabaram vetando um projeto que fala apenas que o povo de Jataizinho quer ter um tratamento em Londrina dos núcleos governamentais e não Cornélio Procópio. Nada contra Cornélio Procópio, que tem um excelente prefeito, irmão do nosso companheiro, Hermes Fonseca. Nada disso. É que Jataizinho, para ir a Cornélio Procópio, passa por um pedágio. E isso revolta, constantemente a população.

Este foi o motivo de contarmos, aqui, ontem, dos nossos companheiros, deputados do Governo, da Oposição, que se uniram não para dizer “não” ao governador, pois esses vetos certamente, nem tem conhecimento, nem tempo teve de os ler, mas sua assessoria, sim.

Por esta razão, quero agradecer e dizer principalmente para os órgãos de imprensa: se realmente a assessoria do Governo diz que aquele projeto que isenta o policial civil e militar de ICMS é inconstitucional, que tenho aqui, para os deputados que queiram, para a imprensa que queria a lei que está em funcionamento no Rio de Janeiro, há aproximadamente um ano, onde os policiais civis e militares da ativa ou inativos, têm por lei sancionada pelo governador Garotinho, o direito de adquirir esses veículos. Então, não há nada de inconstitucional. É meramente um processo político. E os deputados é que politicamente, irmanados deputados da Situação e da Oposição, demos uma resposta à população, através de uma melhora que nós pretendemos aos policiais para uma melhor segurança às comunidades do Paraná.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte deputado Geraldo Cartário, para referendar suas palavras com relação ao prefeito de Fazenda Rio Grande e seus vereadores, aqui presentes e que fazem um excelente trabalho na região metropolitana de Curitiba; o prefeito Toninho, do nosso partido, do PPS, um prefeito que sem sombra de dúvidas mudou e tem procurado mudar a forma de gestão, inclusive, dos nossos municípios da região metropolitana.

V. Exa. é testemunha de tudo o que ele tem procurado investir na área de saúde, na área social e as dificuldades do município. Concordo com V. Exa.: alguma coisa precisa ser feita com relação aos nossos municípios da região metropolitana, que muitas vezes são penalizados, como a Fazenda Rio Grande, que não tem sequer a duplicação para que possamos chegar àquele município. Uma briga bastante antiga de V. Exa., minha, de outros deputados desta Casa, mas tenho certeza, nós temos que continuar, porque é por aí, com boas gestões como esta que os vereadores e o prefeito realizam que nós estamos mudando o conceito da nossa região metropolitana.

O Sr. Moysés Leônidas

Agradeço.

Rapidamente, para dizer que comungo da idéia de V. Exa. E especificamente com relação à Jataizinho, lembro-me que no mínimo há dez anos nesta última década tenho feito essa defesa, através do meu programa de televisão, em Londrina, do quão vantajoso, realmente, seria para Jataizinho estar pertencendo à região metropolitana de Londrina, embora até hoje quase que só no papel. Mas, para o tipo de atendimento que se faz das regionais ligadas ao Governo do Paraná e também até ao que diz respeito ao Governo Federal, vai ser muito importante para Jataizinho.

Por coincidência, estive em Jataizinho, no domingo, onde também estava lá o deputado José Maria, que é de Ivaiporã. Falamos até de V. Exa. Acho isso importante e votei ontem com a consciência meio que assim do dever cumprido, do meu ponto de vista, do meu pensamento.

Espero, realmente, que Jataizinho possa receber essas benesses, porque aí passa a ter, também, não só V. Exa. e outros deputados, a mim, não só como deputado mas como advogado da cidade.

Parabéns a V. Exa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Só para terminar: gostaria de não cometer injustiça com o deputado José Maria Ferreira, visto que o deputado José Maria Ferreira também foi um dos autores do projeto que integrou Jataizinho à região metropolitana e ainda, o deputado José Maria apresentou um projeto praticamente idêntico ao nosso de ontem, no seu complemento, mas ontem votou favoravelmente, também ao município de Jataizinho.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT. Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados. Acontece na semana que vem, 17 a 29 de abril, a I Jornada Paraense de Agroecologia, no município de Ponta Grossa, que tem por objetivo discutir a nossa questão ambiental. Esse evento está sendo promovido por várias entidades e busca uma proposta melhor, real de desenvolvimento rural sustentável.

A discussão que lá vai acontecer, tem por objetivo principal a busca e o equilíbrio do meio ambiente e o fortalecimento da cidadania.

Sabemos que isso só vai acontecer com a inclusão e a valorização do ser humano. Para isso, é necessário que se discuta o fortalecimento da agricultura familiar, o acesso à terra, uma distribuição de renda.

Durante esse evento, com certeza um evento de grandes debates, será feito uma homenagem à Dra. Ana Primavesi, engenheira agrônoma e grande defensora do meio ambiente. Ela é possuidora de um grande currículo

que descreve toda sua trajetória na luta pela preservação ambiental.

E nós, da Bancada do PT, apresentamos a esta Casa um projeto de cidadania honorária para Ana Primavera.

Eu gostaria de pedir o apoio aos senhores deputados para que a gente possa homenageá-la, essa grande batalhadora pelo nosso meio ambiente e quem sabe, na próxima semana, durante a homenagem, a gente possa entregar também a ela esse título de cidadã honorária, reconhecendo todo o seu trabalho, sua luta pelo nosso meio ambiente.

Outro assunto, senhor presidente, senhores deputados que estamos bastante preocupados, inclusive encaminhamos à Mesa um requerimento solicitando regime de urgência a um projeto da Bancada do PT, nº 221/99. Esse projeto busca discutir sobre os produtos geneticamente modificados, ou seja a produção transgênica.

E é neste sentido que nós temos uma preocupação porque vimos nesses dias circular pela imprensa que no Estado do Paraná são muitos os municípios onde se constatou a plantação de soja transgênica e tendo em vista isso, senhor presidente, que nós, da Bancada do PT, estamos pedindo regime de urgência ao projeto encaminhado, pois temos uma grande preocupação com o que pode ocorrer com o meio ambiente, quais as consequências dessa produção, dos produtos transgênicos que inclusive o nosso Estado já vem também tendo.

Nós temos medo das consequências que isso pode trazer à saúde do ser humano, como também ao nosso meio ambiente.

O projeto que a Bancada do PT apresentou, em nenhum momento proíbe que seja efetuado estudo sobre as consequências, o que pode acontecer com os produtos transgênicos, mas proíbe a plantação direta.

Isso é importante que discutamos. Precisamos aprofundar esse debate. Inclusive gostaria de dizer aqui que, numa pesquisa feita pelo Ibope de opinião nacional, em julho de 2001, constatou-se que 74% da população diz não aos produtos transgênicos, preferem consumir o nosso produto convencional. Essa mesma pesquisa mostra que 91% da sua população prefere que esses produtos sejam rotulados, quem for consumir saiba que está assumindo. Também 67% da população acredita que a proibição ao plantio dos produtos transgênicos deve ser mantida até que haja um consenso da comunidade científica sobre a segurança do seu uso e para o meio ambiente.

Tendo em vista essas preocupações, com certeza num outro momento estaremos usando novamente esta tribuna, discutindo e aprofundando melhor sobre a plantação transgênica no Estado do Paraná, no qual pedimos que seja aprovado o nosso requerimento e que seja colocado em pauta o projeto da Bancada do PT que proíbe o plantio de produtos transgênicos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, PPS, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a abertura de créditos para o financiamento de áreas destinadas à Pequena Propriedade Rural. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Tem um projeto de minha autoria sobre a mesa, não sei se o momento é agora para pedir apoio. Foi entregue à Mesa hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, projeto de V. Exa. não tem, não.

Está em discussão a emenda aprovada em 2ª discussão referente ao Projeto de Lei nº 228/99. Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

(**Procede à chamada nominal**)

35 deputados responderam à chamada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há quórum para deliberar.

Está em votação a Emenda. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.**

Sobre o referido projeto, Emenda modificativa de Plenário, de autoria da deputada Serafina Carrilho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 371/99

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 371/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a permutar área de terras, com respectivas casas, pertencentes ao Departamento de Estradas e Rodagem, com a Prefeitura de Sarandi, número igual de casas, mediante autorização da Câmara Municipal de Sarandi.”

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 510/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei Complementar nº 01 de 02 de agosto de 1972 e respectivas alterações posteriores. (CRE). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 510/2001

Dá nova redação ao *caput* do artigo 25 e ao seu parágrafo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Fica alterado o artigo 25, *caput* e seu parágrafo 1º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 - O recurso à instância a que se refere a letra “c”, do artigo 23, de decisão tomada por maioria de votos, dos quais, pelo menos 4 (quatro) favoráveis à Fazenda Estadual, caberá, por dever de ofício, ao representante da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do arcórdão no Diário Oficial do Estado.

”§ 1º - Antes de encaminhar o recurso indicado neste artigo à autoridade julgadora, o CCRF abrirá vista do processo ao contribuinte pelo prazo de 15 (quinze) dias, para que se manifeste sobre as razões apresentadas pela recorrente”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL.

Apoiamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro, Moysés Leônidas, Edno Guimarães e Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

Em sua redação original o projeto suprime a terceira instância do recurso administrativo relativo ao processo administrativo fiscal do Estado do Paraná. Esta instância que sempre existiu no Estado do Paraná e que existe na maioria dos Estados, é importante, pois possibilita uma revisão pelo titular da pasta nas decisões em que é sucumbente a Fazenda Pública.

O substitutivo proposto é o meio termo entre o pretendido no projeto original e a situação vigente. O Conselho de Contribuinte, em sua composição plena é formado por 12 julgadores, prevalecendo o princípio da paridade, sendo 6 (seis) representantes do setor público e 6 (seis) representantes do setor privado. Hoje, uma decisão de 11 votos a 01, contra a Fazenda, pode, mediante recurso à 3ª instância, ser modificada pelo secretário da Fazenda, o que, de certa forma, é um desperdício para as decisões do Conselho de Contribuintes.

A redação que se propõe neste substitutivo, torna mais lógica e consentânea com princípios processuais o recurso à 3ª instância administrativa, ao estabelecer que o recurso da Representação da Fazenda, por dever de ofício, ao secretário, fica condicionado a uma votação de, no mínimo, 4 (quatro) votos favoráveis à Fazenda (exemplificado: como a composição Plena do Conselho é de 12 (doze) julgadores, toda a decisão com um resultado de 8 (oito) a 4 (quatro) favoráveis à Fazenda - ensejará recurso). Tal condição restringirá, em muito, o número de recursos à última instância administrativa e tornará tecnicamente mais razoável o apelo final à terceira instância.

O parágrafo 1º também deverá ser alterado para aumentar de 5 (cinco) para 15 (quinze) dias o prazo para o contribuinte apresentar contra-razões ao recurso da representação da Fazenda, o que atende, uma reivindicação justa do setor privado, atendendo, inclusive ao que impõem os princípios constitucionais do contraditório e do ampla defesa.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que extingue a arrecadação de Laudêmio que no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria dos deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e da deputada Luciana Rafagnin, com apoioamento dos senhores deputados Edson Strapasson e Waldyr Pugliesi, no seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 524/2001**

Altera o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 524/2001, ficando com a seguinte redação:

“Art. 3º - A remissão do foro será gratuita para os imóveis rurais não superiores a 10 alqueires paulistas, desde que o enfiteuta comprove estar na posse do imóvel há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Nos demais casos a remissão será onerosa, em valores, a ser definido por decreto pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.04.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA, IRINEU COLOMBO e ÂNGELO VANHONI.

Apoioamento:

Edson Strapasson e Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pelo fato de que a remissão proposta é ampla e irrestrita, atingindo também a grandes propriedades, bem como, a valorizados imóveis urbanos.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - casa da terceira Idade, com sede no município de Guaraniaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede no município de Corumbataí do Sul e foro no município de Barbosa Ferraz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Lourenço Bacarin, com sede e foro no município de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que obriga a veiculação de custos de propaganda. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2000, de 27.06.2000)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 224/2000**

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Luiz Carlos Zuk, o projeto de lei em questão obriga a veiculação dos custos de propaganda.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, citamos o artigo 27 *caput* da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art 27 - A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação...”

Diante do exposto, buscando dar maior transparência e modalidade administrativa, e não encontrando óbice que o impeça, opinamos pela legal tramitação do presente projeto nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 224/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela para análise, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que obriga a veiculação de custos das peças publicitárias do poder público estadual, do ponto de vista desta Comissão, colabora com o princípio democrático da transparência no trato com a

coisa pública, de tal sorte que chamada esta Comissão a se manifestar afirmamos que não existe nenhum óbice à tramitação do projeto.

Pelo que, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, transfere o município de Quatiguá do Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07.08.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 319/2001

P A R E C E R :

O projeto em exame, de autoria do ilustre deputado Hermas Brandão exclui o município de Quatiguá da abrangência do Núcleo Regional de Jaguariaíva e o inclui no Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho, sob o fundamento de o município de Jaguariaíva ter maior afinidade administrativa com o último.

A rigor trata-se de típica matéria administrativa, razão por que o projeto fica mais adequado em forma de proposição autorizativa, razão por que esta Comissão é de parecer favorável ao projeto, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 319/2001

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a transferir o município de Quatiguá da abrangência do Núcleo Regional de Jaguariaíva e inclui o referido município de Quatiguá no Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 319/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, objetiva transferir o município de Quatiguá do Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei supracitado, conforme a proposta da emenda substitutiva geral, seguindo o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero deixar meu voto contrário ao item 10 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será devidamente registrado.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que denomina o município de São Carlos do Ivaí como "Capital Paranaense da Lajota". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 149/2001, de 17/10/2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 531/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, objetiva denominar o município de São Carlos do Ivaí como "Capital Paranaense da Lajota".

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 531/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Divanir Braz Palma, objetiva denominar o município de São Carlos do Ivaí como "Capital Paranaense da Lajota".

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se favoravelmente à medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, ao reconhecer a grande produção de tijolos, lages e lajotas no município de São Carlos do Ivaí.

Considerando o exposto, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2001, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, que institui o Dia do Yôga. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 151/2001, de 18/10/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 539/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos nobres deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, tem por objetivo instituir no Estado do Paraná o Dia do Yôga, a ser comemorado anualmente no dia 18 de fevereiro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela atende aos dispositivos legais, não havendo óbices à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 539/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria dos nobres deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, tem por objetivo instituir o Dia do Yôga.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que proíbe a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/2001, de 05/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 576/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, visa proibir a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 576/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, proíbe a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, entende que os estabelecimentos de ensino já possuem meios legais para cobrar as mensalidades atrasadas das pessoas inadimplentes, não necessitando de fiador para garantir o recebimento das parcelas em atraso.

Vale salientar que o ensino privado necessita de autorização do Poder Público para funcionar, devendo assim, seguir o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Entendemos que a matéria, por ser de elevado interesse público, deva prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 576/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 576/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, objetiva proibir a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná.

A medida proposta é justa e oportuna uma vez que elimina a barreira, muitas vezes imposta aos estudantes, quando da realização de suas matrículas, por falta de um fiador.

Como bem disse o autor, em sua justificativa, as escolas particulares dispõem de mecanismos legais para cobrar mensalidades em atraso.

A imposição da fiança torna-se um complicador para o acesso ao ensino particular, não havendo razão plausível que a justifique.

Nestas condições o parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera a Lei nº 13288, de 01 de novembro de 2001 - Débitos em Dívida Ativa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 618/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 618/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, altera a Lei nº 13.288, de 01 de novembro de 2001 - Débitos em Dívida Ativa.

O projeto modifica a forma de parcelamento dos débitos em dívida ativa, aumentando o número de parcelas de dez para vinte e quatro.

O projeto não encontra óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 618/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por escopo alterar a Lei nº 13.288, de 1º de novembro de 2001, que dá autorização ao secretário

de Estado da Agricultura para parcelar o pagamento das multas cominadas pela aplicação das leis que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado José Maria Ferreira, manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto, relativamente à constitucionalidade e legalidade, alegando não ter encontrado óbices destas naturezas.

Chamado à manifestação de mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos meritório o caráter do projeto e emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 - Código de Saúde, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04/12/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 667/2001

P A R E C E R :

O projeto em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, amplia a possibilidade de repasse aos municípios de recursos destinados à área de saúde, inclusive, deixando claro a possibilidade de transferir aos municípios de bens móveis e imóveis a título de cessão de uso ou doação.

A proposição é compatível com a ordem jurídica.

Esta Comissão é de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 667/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, objetiva dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 22, da Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, que estabelece requisitos para o recebimento de recursos repassados do Estado aos municípios, incluindo bens móveis e materiais, destinados aos serviços de saúde.

Propõe, ainda, a inserção de um parágrafo 3º, com a seguinte redação: "além de outros que venham a ser estabelecidos, é requisito essencial para o recebimento de cessão de uso ou de doação de bens e transferência de recursos do Estado, a comprovação da existência, no município, de Conselho de Saúde, Fundo de Saúde, e

Plano de Saúde devidamente demonstrada em requerimento dirigido à Secretaria de Estado da Saúde”.

A medida em apreço torna as disposições contidas na lei mais abrangentes, ao incluir bens móveis e materiais nas transferências em questão e, ainda, mais exigentes quando prevê a comprovação da existência, no município, de Conselho, Fundo e Plano de Saúde, demonstrada através de expediente dirigido à Secretaria de Estado da Saúde, o que propiciará melhor controle na destinação dos bens transferidos aos municípios.

Desta forma, as alterações propostas são altamente salutares, trazendo, indubitavelmente, significativos benefícios aos serviços de saúde municipais.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à matéria proposta, opinando pela aprovação do projeto de lei em referência.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/2001, que assegura a idosos direito do pagamento de meia-entrada em espetáculos culturais promovidos diretamente pela Administração Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 001/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa assegurar a idosos direito do pagamento de meia-entrada em espetáculos culturais promovidos diretamente pela Administração Estadual.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 001/2002

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 062/2001, o presente plano de lei, objetiva assegurar a idosos direito do pagamento de meia-entrada em espetáculos culturais promovidos diretamente pela Administração Estadual.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que cabe a esta Comissão Permanente de Finanças manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, esclarecendo ainda, que, as pessoas com mais e 60 (sessenta) anos de idade já deram sua parcela de contribuição, e portanto merecem, sem sobra de dúvida, este tipo de favorecimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 001/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 62/2001, objetiva assegurar a idosos direito do pagamento de meia-entrada em espetáculos culturais promovidos diretamente pela Administração Estadual.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se favoravelmente à medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo.

Considerando o exposto, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, por três Sessões. Mantenho três Sessões, que foi acordado com o deputado Edson Strasson.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Por três Sessões, a retirada do projeto.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu estranho ainda com relação ao Item 16, que é uma Mensagem do Executivo, que nós

aprovamos nas Comissões de Constituição e Justiça, e nas demais Comissões.

É um projeto de sumo interesse para a classe dos idosos, que serão beneficiados com meia-entrada em espetáculos culturais, promovidos diretamente pela Administração Estadual.

Acho que quanto mais rapidamente aprovarmos esse projeto, que é do Executivo e que certamente vai ser sancionado, é evidente que vai trazer benefício a essa classe que precisa desse incentivo.

Eu queria, muito embora reconheça que já havia um projeto de autoria do deputado Edson Praczyk nesse mesmo sentido, no entanto, não cabe a mim defender o porquê que o Governo tomou para si essa decisão de mandar uma mensagem, quando essa Assembléia havia aprovado o projeto nesse sentido.

Mas de qualquer maneira, se demorou na questão da aprovação do projeto do deputado Praczyk, agora se aprova esse projeto, se retira por três Sessões. Estamos trazendo prejuízo para os idosos.

Então, eu gostaria, senhor presidente de, no mesmo instante que eu apresento hoje a esta Casa um projeto de lei de minha autoria que institui o Programa de Habitação do Idoso, no sentido de que 10% de toda a ação de habitação que o Governo do Estado venha a fazer com os municípios, que 10% sejam destinados a esta classe de idosos.

Eu não consigo entender qual é a razão, o porquê da retirada da Ordem do Dia. Claro que o líder do Governo tem as suas razões no entendimento com o deputado Edson Praczyk, mas, de qualquer maneira, quanto mais cedo a gente puder aprovar, tenho a certeza que os idosos vão agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 001/2002.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de Cidadão Honorária à Dra. Ana Primavesi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 099/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, visa conceder o título de Cidadão Honorária à Dra. Ana Primavesi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, só uma indagação à Mesa: o item 17 é um título de cidadania honorária. Não teria que ser em Sessão secreta?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Procede a questão levantada por V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

A minha questão de ordem também é exatamente essa, senhor presidente. Nada contra a deputada Luciana. Pelo contrário.

O SR. RICARDO CHAB

Foi o Plenário que deliberou isso, lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Procede, e a votação será feita conforme o Regimento Interno. A votação é secreta e houve um equívoco desta Presidência na hora de anunciar o resultado desta votação.

Fica sem efeito essa votação e vamos proceder, à votação em seguida.

Convido o senhor 1º secretário, Edno Guimarães, para que faça a chamada dos deputados.

Os deputados que forem favoráveis ao projeto que concede o título de Cidadão Honorária à doutora Ana Primavesi, votem com a cédula "SIM". Os contrários, lógico, votem com a cédula "NÃO".

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Para Encaminhar)

Só uma questão de ordem, senhor presidente: é votação única?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não. São duas votações. A primeira é votação secreta, a segunda é simbólica.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Então, está bem! Era só uma questão de encaminhamento. Já fizemos na tribuna, mas reforçamos aqui o pedido, pedindo o voto favorável de todos os deputados.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Questão de Ordem)

Senhor presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, antes de começar a votação, para anunciar a presença, aqui, do meu querido amigo, prefeito de Rosário do Ivaí, e do vice-prefeito de Faxinal, Jair Siqueira. É um prazer recebê-lo, aqui, mais os vereadores que os acompanham.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Registrado e sejam bem-vindos.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria encarecer a V. Exa. para que acionasse a campanha, no sentido de fazer com que os deputados compareçam, porque é um projeto de votação secreta, um título de cidadania honorária, e, de repente, na votação secreta não der 28 parlamentares, vai ficar uma situação bastante embaraçosa para a própria deputada Luciana Rafagnin e para a própria Assembléia.

Então, seria interessante saber se vamos ter quórum de 28, porque senão, é melhor nem começar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Algaci Tulio, só para esclarecer ao Plenário: a maioria simples da maioria absoluta. Vinte e oito deputados estão presentes.

Convido o senhor 1º secretário, deputado Edno Guimarães, para que faça a chamada dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede à chamada**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Designo os deputados Cezar Seleme, Algaci Tulio e Divanir Braz Palma, para comporem a comissão escrutinadora dos votos.

Pela ordem, com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados. Eu queria aproveitar o término desta Sessão para justificar à Mesa Executiva a minha ausência da Sessão de amanhã, e convidar V. Exa. e os demais deputados, inclusive o deputado Waldyr Pugliesi, que quase integra a Região Metropolitana de Londrina com Arapongas, para que faça uma visita à Exposição à Feira Agropecuária Industrial de Londrina, realizada no Parque de Exposição Ney Braga, que hoje foi catalogada como a maior Exposição Agropecuária Industrial do Brasil.

A exposição está extremamente interessante para quem está no agro-business, para quem está também com interesse na indústria, e além de tudo, é um belo passeio.

Então, quero convidar a todos os senhores deputados que lá compareçam porque a exposição está dotada de bons restaurantes, todos com ar condicionado, e torna-se um bom local inclusive para o final de semana para aqueles deputados que têm base naquela região, para encontro inclusive até com as suas lideranças, que, além do passeio ser bom, também é extremamente interessante e agradável.

Então, justificando minha ausência de amanhã, quero deixar o convite, como deputado de Londrina, a

todos que lá queiram comparecer porque está extremamente interessante e agradável a exposição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Queremos lembrar a todos os deputados que hoje às 17:00 horas no hall de entrada do Centro Legislativo Anibal Khury, teremos a abertura da exposição da obra “A Grande Bandeira”, que narra a história através de arte de grandes vultos paranaenses, retratados na bandeira do Estado do Paraná.

Todos os deputados estão gentilmente convidados para às 17h00.

Trinta e quatro (34) deputados votaram.

Trinta e quatro (34) deputados votaram com a cédula, SIM.

Aprovado por unanimidade de votos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 770, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 771, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 773 e 774, de autoria do deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 776 a 779, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 781 e 782, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 783 e 784, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 785, de autoria dos deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 786, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos registrar com muita alegria a presença do Consul Koisho Yama, que tem atendido um pedido todo especial do nosso deputado Takayama.

Nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 292/99 e 100/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 709/2001 e 115/2002.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 224/2000, 319, 531, 539, 576, 618, 667/2001 e 099/2002.

Levanta-se a Sessão.